Administração

Aquisição de alimentos orgânicos e agroecológicos no Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos municípios do Pólo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.

Daniel Willian SalustVale da Fonseca - 5º módulo de Agronomia, UFLA, Bolsista PIBIC/UFLA

Thiago Rodrigo de Paula Assis - Orientador, DAE, UFLA - Orientador(a)

Resumo

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) destina pelo menos 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo regido pela lei 11.947/2009 (BRASIL,2009) e normativos posteriores. Este trabalho analisou a compra da agricultura familiar e a compra de alimentos orgânicos nos microterritórios que integram o Polo Agroecológico do Sul e Sudoeste de Minas, nos anos de 2018 a 2021. Dados foram coletados no Sistema de Gestão e Prestação de Contas (contas online) SIGPC, no site do FNDE, sendo transformados em planilhas, que contém informações sobre o repasse total realizado pelo FNDE, o valor dos 30% a serem adquiridos da agricultura familiar, o valor efetivamente comprado, e se foram comprados alimentos orgânicos. Os dados foram organizados por municípios e consolidados por 12 microterritórios, conforme classificação do estado de Minas Gerais: Lavras, Alfenas, Itajubá, Poços de Caldas, Três Corações, Pouso Alegre, Varginha, Passos, São Lourenço, Três Pontas, Guaxupé e São Sebastião do Paraíso, nos anos de 2018 a 2021. O valor total disponibilizado pelo FNDE em 4 anos, foi de R\$ 122.115.795,02. Dos 12 microterritórios analisados, apenas o de Alfenas cumpriu consistentemente a cota de 30% ou mais em todos os anos, na média, comprando o total de R\$1.270.089,79 a mais nos 4 anos observados. Alfenas e Areado foram os únicos municípios deste microterritório a atender a essa exigência todos os anos de 2018 a 2021. A pandemia afetou a compra mínima em alguns microterritórios em 2020 e 2021, com São Lourenço, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Passos e Três Pontas falhando em alcançar os 30% nesses anos. Em 2020, o microterritório de Três Corações também não alcançou a cota, e em 2021, Itajubá, Varginha, Guaxupé e São Sebastião do Paraíso não cumpriram com a obrigação. O microterritório de Lavras foi o único que não cumpriu os 30% em todos os anos. A soma dos valores não gastos nestes anos totalizou, na média, R\$ 6.748.141,74. Apenas 35 dos 153 municípios compraram alimentos orgânicos em pelo menos um dos anos. Em conclusão, o não cumprimento da obrigação de compra da agricultura familiar deixou de estimular a renda das famílias agricultoras e de fortalecer a economia local, resultando no desrespeito com a lei. A pandemia agravou a situação, tendo uma menor compra neste período. A aquisição de alimentos orgânicos precisa ser promovida para garantir maior segurança alimentar.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Alimentos Orgânicos, Compras Institucionais.

Instituição de Fomento: Universidade Federal de Lavras (UFLA)

Link do pitch: https://youtu.be/UDnMI_QUnA0